

Hartung vai cobrar de Lula garantia dos royalties

Presidente vai vetar partilha de recursos do pré-sal

O governador disse estar confiante no veto da proposta de emenda que pode tirar do Estado uma quantia de até R\$ 1 bilhão

Beatriz Seixas

Após saber que foi aprovada na Câmara dos Deputados a emenda que trata da distribuição dos royalties do petróleo e prejudica estados produtores, como Espírito Santo e Rio de Janeiro, o governador Paulo Hartung quer marcar uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para reforçar o pedido de veto e garantir que o Estado não saia perdendo.

O governador disse estar confiante na palavra dada pelo Presidente em novembro do ano passado. "Minha expectativa é o veto. É que seja cumprido o que foi acordado. Espero que o presidente Lula e a presidente eleita Dilma cumpram o acordo feito comigo e o governador Sérgio Cabral", disse Hartung.

O presidente tem 30 dias para sancionar ou vetar a emenda. Caso ele a vete, a proposta volta para o Congresso Nacional. A votação na Câmara, além de tratar da distribuição dos royalties, aprovou o modelo de partilha para a exploração do petróleo do pré-sal e a criação de um fundo social que receberá parte dos recursos vindos da exploração.

Por 204 votos a 66, os deputados aprovaram o modelo que prevê que a Petrobras será a operadora única de todos os blocos do pré-sal e terá participação mínima de 30% em todos os consórcios que operarem no pré-sal.

REUNIÃO

Hartung disse que vai se reunir hoje com o governador eleito Renato Casagrande e com o Comitê Pró-Veto —liderado pelo presidente da OAB-ES, Homero Mafra—, para definir as estratégias que serão tomadas pelo Estado para evitar um prejuízo que pode chegar a R\$ 1 bilhão caso não exista um tratamento diferenciado entre estados produtores e não produtores de petróleo.

Hartung disse ainda que vai entrar em contato com a bancada capixaba para que a situação seja revertida. O deputado Lelo Coimbra disse que o projeto deve voltar ao Congresso em fevereiro. "Enquanto isso, nós temos que nos preparar, e criar condições para que a Câmara não derrube o veto", disse Lelo.

O governador também frisou que, caso Lula não vete o projeto, o Estado vai entrar com o pedido de inconstitucionalidade. "Caso haja necessidade jurídica para impetrar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), vamos fazer. Temos argumentos suficientes que mostram a inconstitucionalidade dessa emenda."

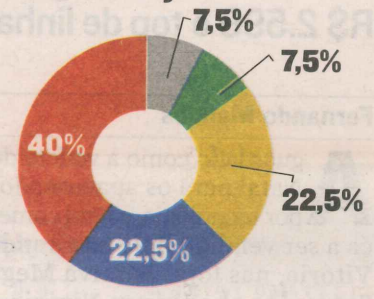


PLATAFORMA: deputados aprovaram modelo que prevê a Petrobras como operadora única dos blocos do pré-sal

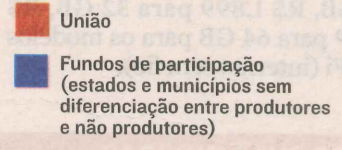
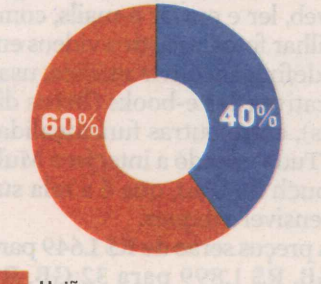
Distribuição dos royalties

Entenda como acontece a divisão hoje

Como é hoje

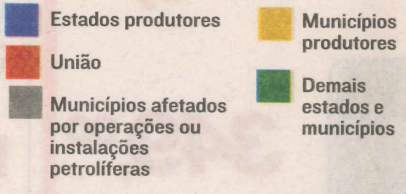
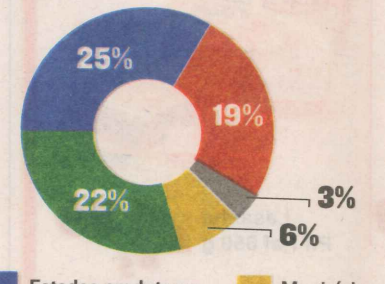


Como fica com a emenda aprovada na Câmara ontem



*Nessa situação a União tem que ressarcir produtores após perdas

Como é o acordo de Hartung e Cabral com Lula



"Declaração de Padilha é estranha", diz governador

O governador Paulo Hartung disse ontem que se surpreendeu com a declaração do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e considerou estranho o seu posicionamento.

Padilha além de afirmar que vai pedir ao presidente Lula para vetar a matéria aprovada pela Câmara dos Deputados, afirmou que é preciso fazer uma nova proposta de distribuição. "Vou defender também um debate com os governadores e prefeitos para que possa se fechar uma proposta justa".

Para Hartung a parte boa da declaração é o compromisso com o veto. "Mas tem uma parte estranha. Eu digo que é estranha, pois o ministro foi todo o tempo um entusiasta desse acordo, inclusive nas conversas pessoais comigo".

O governador disse ainda que acredita que o ministro "como um homem sensato, da política e um bom negociador, vai rever essa parte da declaração e nos ajudar a alinhar uma equação."

Senadores do Rio e do Estado prometem fazer pressão

Contrários à proposta de divisão dos royalties do pré-sal aprovada ontem pela Câmara, senadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo lideraram um movimento pelo veto do presidente Lula ao projeto.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), disse que quer retomar a discussão de uma proposta feita por ele e pelo senador e governador eleito do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), que fixa uma fórmula alternativa de divisão dos royalties do petróleo.

A proposta, que chegou a ser discutida no 1º semestre, mas acabou sendo engavetada, prevê a elevação da alíquota dos royalties de 10% para 15% e a divisão dos recursos somente entre Estados e municípios, deixando a União de fora. Pelo mecanismo definido por Dornelles e Casagrande, os Estados e municípios produtores ficariam com dois terços das receitas obtidas (10 pontos percentuais da nova alíquota) e o restante (os 5 pontos percentuais extras) seria repartido entre os demais Estados e municípios que não produzem.

Documento de repúdio

O presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Elcio Alvares, (DEM) informou ontem que, na próxima segunda-feira, irá redigir um documento de repúdio à decisão da Câmara dos Deputados, que deverá ser assinado por todos os parlamentares do Estado.

"A nossa parte, penso sinceramente, é manifestar nosso repúdio de decisão que foi tomada. Vamos fazer um documento oficial manifestando ao presidente Lula a expectativa de que ele venha a propor o veto do projeto", disse Elcio Alvares.

COMUNICADO BANCO BGN

Se o (a) Sr. (a) liquidou alguma operação de crédito consignado junto ao Banco BGN no período de 31/12/2009 a 30/11/2010, favor consultar o site www.bgn.com.br/informativo/consulta.php para obter informações do seu interesse relativo ao seu contrato.